



**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO,  
FINANÇAS E ECONOMIA AZUL**

**DIREÇÃO DO PLANEAMENTO**

# CONJUNTURA ECONÓMICA 2021

A **Direcção do Planeamento (DP)** - é uma unidade institucional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional, criada através do Decreto nº 26/2012, publicado no Diário da República, em 30 de agosto de 2012, e tem por missão superintender técnica e metodologicamente o Sistema Nacional de Planeamento, formular e acompanhar as políticas e estratégias globais de desenvolvimento de acordo com os objectivos do Programa do Governo e em articulação com as políticas e estratégias sectoriais e regionais. Neste quadro, a DP conta com três direcções e duas células:

- ✓ Direcção de Planeamento e Prospectiva,
- ✓ Direcção de Políticas Macroeconómicas,
- ✓ Direcção de Monitoria e Avaliação,
- ✓ Célula de Administração e Pessoal e
- ✓ Célula de Gestão de Informação e Documentação.

**A Direcção de Política Macroeconómico (DPM)**, é responsável, entre outras tarefas, pela elaboração de relatórios de conjuntura nos quais são apresentadas a situação económica e financeira do país, com base em estatísticas e indicadores seleccionados.

## Economia Internacional

A economia mundial continua a sofrer os efeitos da pandemia de Covid-19. Em 2021, o seu crescimento foi de 5,9%, uma recuperação face ao registado em 2020 (-3,1%).

Contudo, a mesma enfrenta desafios com as restrições de movimento de mão-de-obra devido ao surgimento da nova variante Omicron, interrupções de oferta, dívidas excessivas, inflação crescente e pivôs de políticas.

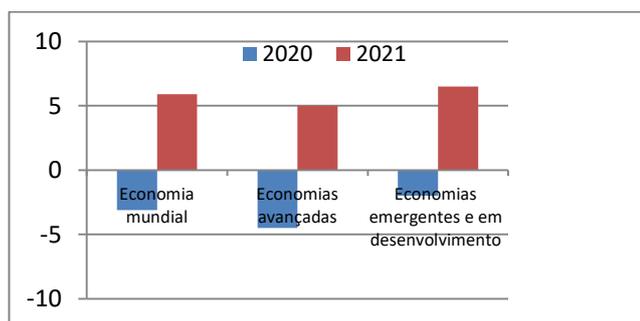
### Economias Avançadas

As economias avançadas registaram um crescimento de 5,0% em 2021, com os Estados Unidos registando um crescimento de 5,6% e a Zona Euro de 5,2%.

### Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Esse grupo de economias registou um crescimento económico de 6,5%, onde a China registou um crescimento de 8,1% e a **Africa Subsariana** 4,0%.

**Gráfico 1:** Evolução da taxa de crescimento da economia mundial (PIB)



Fonte: Dados do World Economic Outlook de Janeiro 2022

### Preço das matérias-primas e inflação

Segundo o relatório World Economic Outlook de Janeiro 2022- FMI, as economias avançadas registaram uma inflação de 3,1% em 2021 e as

economias emergentes e em desenvolvimento de 5,7%.

As commodities energia, o petróleo (crude oil), segundo as estimativas do Banco Mundial (The Pink Sheet), registaram um preço médio anual de 69,1 dólar por barril em 2021, sendo 27,8 dólar por barril a mais em relação ao preço registado em 2020.

No grupo das commodities agrícolas, o preço médio anual do cacau aumentou em 2021 (2,43 dólares por kg), um aumento de 0,06 dólares por kg em relação ao ano 2020. O preço (média anual) do café arábico também subiu em 2021 (4,51 dólares por kg), registando mais 1,19 dólares por kg em relação a 2020.

No grupo de óleos e alimentos, o óleo de coco também registou um aumento nos preços (média anual) em 2021 (1.636 dólares por tonelada métrica) em relação ao ano homólogo (1.010 dólares por tonelada métrica). O preço médio anual de óleo de palma em 2021 cifrou-se em 1.131 dólares por tonelada métrica, um aumento em relação ao ano homólogo (752 dólares por tonelada métrica).

## Economia Nacional

### Produção

Os dados preliminares das Contas Nacionais apontam para uma desaceleração da actividade económica em 2021 (1,8%) face ao observado em 2020 (3,1%), devido as dificuldades de captação de fundos externos para realização de projectos públicos.

O declínio dos financiamentos externos em 2021 (donativos -47% e credito -66,6%), e

consequentemente, o enfraquecimento de investimento público e a crise energética explicam esse arrefecimento do PIB em 2021 (1,8%). A nível sectorial registou-se abrandamentos dos sectores da actividade industrial (saiu de 4,4% para 1,6%), reflectindo nomeadamente uma diminuição da actividade de construção (2,7 pp) devido à redução dos investimentos públicos (-37,2%) e da diminuição das indústrias transformadora resultante de baixo investimento.

Prevê-se que a economia cresça 2,0% em 2022 e 2,6% em 2023, sustentada pelo aumento da procura de exportação de cacau, chocolate e óleo de palma e pela retoma do turismo à medida que as condições económicas globais melhoram. O crescimento também será ajudado por um aumento nos sectores dos serviços à medida que a procura interna se fortalecer. As melhorias nas receitas de exportação e nas receitas do turismo ajudarão a reduzir o défice da balança de transacções correntes e a reforçar as reservas internacionais em 2022.

Da análise efectuada aos sectores da actividade económica, o subsector de Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura, registou um crescimento de 2,2% em 2021, ligeiramente inferior ao observado em 2020 (2,5%) e espera-se em média um crescimento 2,45% nos dois anos seguintes, com projectos de apoio a produção e comercialização agro-pecuário e pesqueiro.

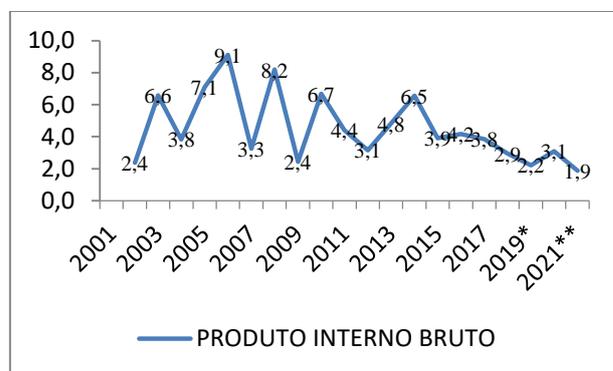
O subsector das pescas continua ainda apresentando desempenhos negativos, embora tendo registado uma ligeira melhoria face a

2020, (uma recessão de 5,5% contra 6,6% em 2020, espera-se uma ligeira melhoria em 2022 e 2023, em resultado da implementação do projecto de recifes artificiais, prevendo um crescimento de (-2,7%) em 2022 e de 1,1% em 2023.

O sector da indústria registou um crescimento inferior em 2021 (1,6%) em comparação com o ano de 2020 (4,6%). Para os anos de 2022 e 2023 espera-se um melhor desempenho deste sector, com crescimento de 2,5%, sustentado pela implementação dos projectos de recuperação do sector energético financiado pelo Banco mundial, e o crescimento da indústria transformadora sustentado pelo aumento da produção do “Agripalma”, da fábrica de água “bom sucesso” o início de produção da fábrica de chocolate da CECAB; e a retoma do sector da indústria.

O sector dos serviços registou um crescimento de 2,0 % em 2021, ligeiramente inferior ao observado em 2020 (2,2%). Para ano 2022 e 2023 projecta-se um crescimento de 2,1% e 2,9% respectivamente.

Gráfico 2 -Taxa de crescimento do PIB real<sup>1</sup>



Fonte: INE

<sup>1</sup> \* Dados semi-definitivos

\*\* Dados provisórios

## Quadro 1 - Taxa de Crescimento do PIB Sectorial

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021**	2022**	2023**	
							Estimativa	projecção		
	Preços Constantes									
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO</b>	3,9	4,2	3,8	2,9	2,2	3,1	1,8	2,0	2,6	
VALOR ACRESCENTADO	3,3	4,4	4,0	2,1	2,5	2,3	2,1	2,0	2,8	
<b>Sector Agropecuário e Pesca</b>	3,3	2,0	1,6	-3,3	1,0	-1,1	1,1	-0,2	2,5	
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	2,3	0,7	2,5	-0,5	4,9	2,5	4,7	1,3	3,6	
Pescas	4,3	3,6	0,5	-7,0	-4,0	-6,6	-3,9	-2,7	1,1	
Actividade Extractivas	4,7	1,8	2,1	0,5	1,3	4,0	-1,9	0,2	-0,5	
<b>Sector das Indústria</b>	4,6	6,1	3,0	0,8	0,7	4,4	-0,8	2,5	2,5	
Indústrias Transformadoras	3,3	11,4	1,0	-1,5	1,1	3,3	1,0	3,5	4,0	
Produção e Distribuição de Electricidade, Gas e Água	7,4	4,9	8,5	8,1	0,1	3,8	-1,7	4,4	4,5	
Construção	4,4	1,6	2,1	-0,8	0,6	5,8	-2,1	0,3	-0,6	
<b>Sector de Serviços</b>	3,0	4,3	4,6	3,0	3,2	2,2	2,9	2,1	2,9	
Comércio	1,9	4,6	3,2	-0,1	0,3	1,4	2,6	0,8	1,8	
Alojamento e Restauração ( Restaurantes e Similares)	7,5	11,1	7,6	7,2	7,8	-16,2	8,5	10,1	10,0	
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,4	0,7	5,6	6,6	1,4	-0,6	3,7	4,1	4,7	
Actividades Financeiras	3,5	4,7	3,9	1,9	3,3	0,6	2,6	2,1	3,4	
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados a Empresas	6,2	4,7	4,5	2,0	3,5	0,0	2,5	3,0	3,0	
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	2,0	2,0	2,0	2,0	10,0	13,0	1,3	-0,9	0,0	
Educação	-3,7	12,4	11,7	8,0	3,4	5,6	5,6	4,5	5,6	
Saúde e Acção Social	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	6,1	-0,3	2,4	2,4	
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2	0,2	1,0	2,1	2,8	
SIFIM	3,5	4,7	3,9	1,9	3,3	0,6	3,3	1,9	2,2	
Impostos sobre Produtos	11,9	9,6	19,7	8,6	2,8	22,9	-1,3	3,3	1,1	
Direitos de Importação	8,9	-2,8	-9,8	13,7	-3,9	-2,3	1,2	0,1	-0,6	

Fonte: INE, projecção da UMF

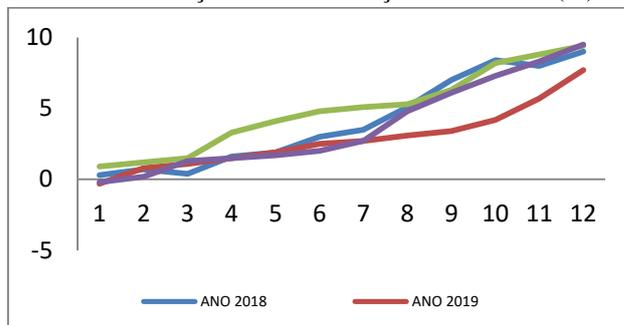
## Inflação

No ano de 2021, a taxa de inflação cresceu ligeiramente 0,1pp face ao ano 2020, em resultado do incremento dos preços nos grupos de produtos alimentares como “vegetais, tubérculos e leguminosas secas (11,3%), frutos frescos secos, em conserva e produtos á base de frutas (0,5%), e cereais, pão, outros produtos á base de cereais (2,6%)”, causado por factores climáticos, provocado pelo excesso de chuva e aumento dos preços nos mercados internacionais, incluindo a matéria-prima.

A inflação anual, medida pelo Índice de Preço no Consumidor (IPC), fechou o ano de 2021 em 9,5%, o que corresponde a um aumento 0,1pp quando comparado ao período homólogo (9,4%). É de salientar que os meses em que se verificaram maiores aumentos foram os de Agosto (2%) e Setembro (1,2%).

Enquanto, a inflação anual média consolidou a sua trajectória ascendente pelos últimos quatro anos consecutivos, em volta de 3,8%.

Gráfico 3: Evolução da Taxa Inflação Acumulada (%)



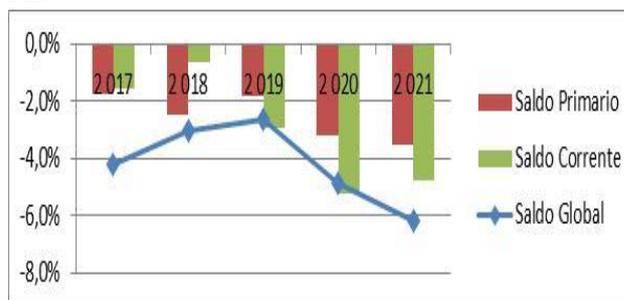
Fonte: INE

## Finanças Públicas

Os resultados da TOFE-Tabelas de Operações Financeiras do Estado, de 2021, indicam que o défice primário e o global atingiram 3,5% e 6,2% do PIB, contra o 3,2% e 4,9% do PIB do ano de 2020 (ver gráfico 3).

O nível do défice orçamental registado revela-nos uma ligeira degradação das contas fiscais do ano em análise em relação ao ano anterior, justificada pela não entrada de receitas previstas (receitas internas e donativos externos) para financiar despesas consideradas imperiosas, conforme inicialmente programadas.

Gráfico 4: Evolução dos saldos orçamentais em % do PIB



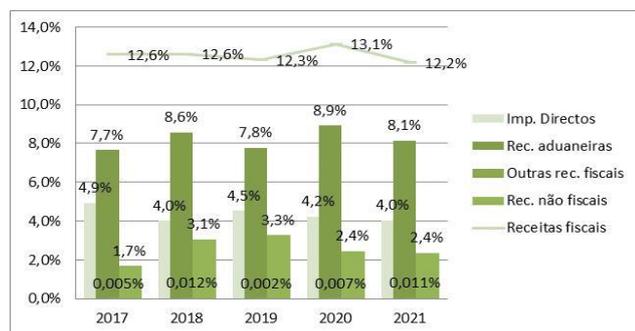
Fonte: Direção do orçamento, cálculos do autor

Como se pode observar no gráfico nº4, em 2021 registou-se uma diminuição das receitas fiscais

em 7,7% do programado e 1,5% em relação ao ano 2020. Este resultado foi influenciado pela baixa arrecadação das receitas dos impostos directos e essencialmente pelos impostos indirectos (imposto sobre a importação).

O valor das receitas fiscais/PIB arrecadado, em 2021, foi de 12,2%, ou seja, menos 0,9pp em relação ao período homólogo de 2020.

**Gráfico 5:** Evolução das receitas fiscais (% PIB)



Fonte: Direção do orçamento, cálculos do autor

Quanto as receitas não fiscais, elas continuam a ter pouco peso na estrutura das receitas correntes representando assim 0,01% do PIB no ano 2021.

Relativamente as despesas em percentagem do PIB, o Governo em 2021 prosseguiu com uma política de rigor orçamental, contendo as despesas em quase todas as principais rubricas orçamentais, à excepção da rubrica das Outras Despesas Correntes que conheceram um aumento da execução na ordem dos 12,2% do programado, um aumento de 0,7% em relação ao ano 2020, resultante do aumento do Subsídio às Autoridades Públicas e Outras.

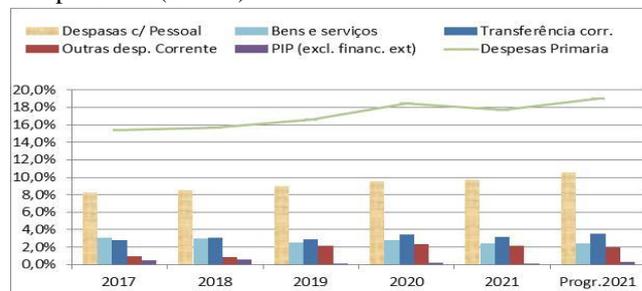
No que concerne às despesas primárias e as suas componentes, o gráfico nº 5 mostra que, em 2021, o valor do rácio despesas primárias/PIB foi inferior ao programado (17,7%) e inferior em relação ao ano transacto (0,7pp). A baixa

taxa de execução registada nas despesas primárias deve-se particularmente à fraca entrada de receitas - comprometendo a realização de despesas inicialmente previstas - fruto dos efeitos negativos causada pela pandemia Covid- 19.

Na componente “Despesas com o pessoal”, observa-se uma tendência crescente (gráfico nº 5) ao longo dos últimos 5 anos, resultado do enquadramento de novos quadros de pessoal na Administração Pública. No entanto, o total das despesas com o pessoal/ PIB realizado em 2021 foi de 9,7% contra 9,5% de 2020.

As despesas com Bens e Serviços e Transferências Correntes foram de 2,4% e 3,2% do PIB, respectivamente, uma diminuição de -10,3% e -1,8% em relação ao ano 2020.

**Gráfico 6:** Evolução das despesas primárias e suas componentes (% PIB)



Fonte: Direção do orçamento, cálculos do autor

As despesas com o Investimento Público, financiadas com recursos internos, não foram além dos 39,1% do programado, e registou uma diminuição de 36,0% em relação ao ano precedente. Representando cerca de 19% do PIB.

Torna-se necessário realçar que o controlo das despesas primárias observado em 2021 esteve em coerência com a política para a consolidação

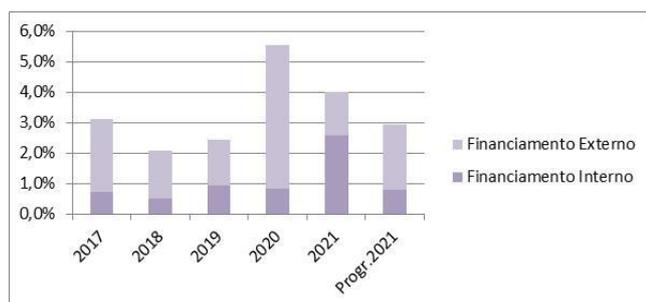
da sustentabilidade fiscal que o Governo tem estado a levar a cabo, não obstante o período coincidir com a realização das eleições presidenciais e a implementação de reformas no âmbito das finanças públicas.

No gráfico nº 6 verifica-se que no ano 2020 obteve-se maior entrada do financiamento externo devido apoio ao combate a Covid 19.

Para o financiamento do défice global, o Governo contou com:

- Financiamento Interno, constituído por fundo HIPC e verba anual do petróleo, entre outros;
- Financiamento Externo, constituído essencialmente pelo FMI no âmbito do Programa para a Redução da Pobreza e Crescimento, do BADEA inerente ao abastecimento de água, e do BAD-FAO no âmbito do projecto de apoio ao desenvolvimento da pecuária, etc.

**Gráfico 7:** Financiamento do défice orçamental (% do PIB)



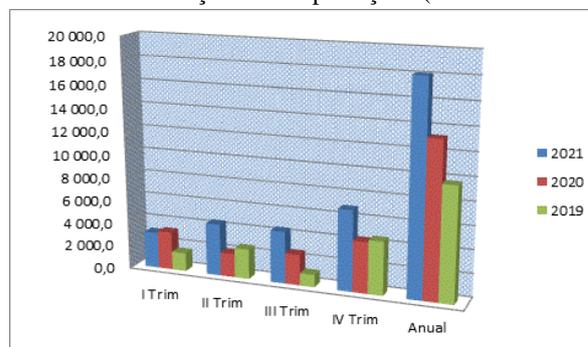
Fonte: Direcção do orçamento, cálculos do autor

### Comércio externo

Os dados provisórios da balança comercial disponibilizados pelo INE indicam que em 2021 o valor registado das exportações dos bens situou-se em USD 18.085,3 mil, contra os 13 310,4 mil de 2020 e 9 762, 9 mil de 2019,

representando deste modo um aumento na ordem dos 47,4% em relação ao ano de 2020 e de 82,7% face a 2019, cerca de 0,3% do PIB. Este aumento nas exportações de bens resultou pelo aumento do produto de exportação, como o cacau e o óleo de palma. O cacau representou cerca de 39% do total do produto exportado e 59% no total do valor acumulado, o que representa um aumento do valor de 63,6% em relação ao ano anterior. De igual modo, o óleo de palma somou 53% do total do produto exportado e 30,1% no total do valor acumulado, o que demonstra um aumento do valor de 50,4% em relação ao ano anterior. Contudo, é necessário insistir na reestruturação e diversificação do tecido produtivo com vista a aumentar as exportações.

**Gráfico 8:** Evolução das Exportações (em mil de USD)



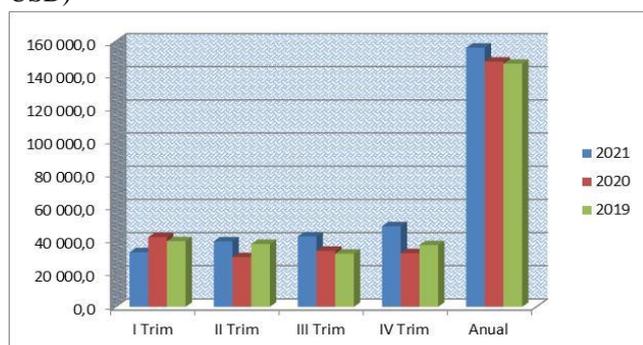
Fonte: INE, cálculo do autor

Quanto as importações dos bens, em 2021 o valor registado foi de USD 156 152,0 mil, contra os 147 704,0 mil de 2020 e 146 443,3 mil de 2019, representando assim um aumento de 14,7% em relação ao ano de 2020 e de 5,2% face a 2019, cerca de 33,5% do PIB (ver gráfico nº 8). O aumento do valor das importações observado em 2021 resultou essencialmente do aumento das importações de bens de

investimento, do grupo de bens alimentares e de produtos petrolíferos.

No IV trimestre verificou-se maior importação dos bens devido o período festivo (Natal), já no I trimestre verificou-se um nível mais baixo das importações em relação ao ano de 2020 e de 2019.

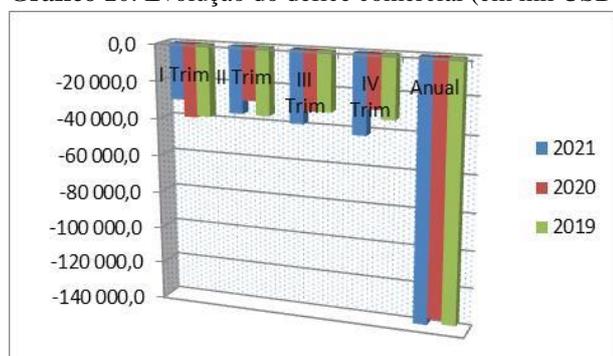
**Gráfico 9:** Evolução das Importação (em milhões de USD)



Fonte: INE, cálculo do autor

Não obstante do aumento das exportações, com o aumento da importação o défice da balança comercial ainda contínua preocupante. Em 2021, o valor registado foi de USD -138 066,7 mil, contra os -134 393,6 mil de 2020 e 136 680,5 mil de 2019, representando assim um aumento de 11,4% em relação ao ano de 2020 e uma diminuição de -0,4% face a 2019, cerca de -29,7% do PIB.

**Gráfico 10:** Evolução do défice comercial (em mil USD)



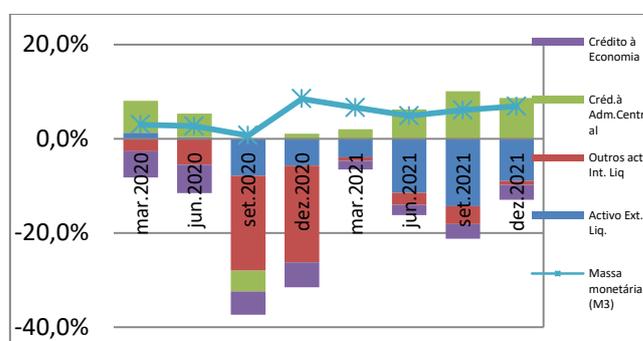
Fonte: INE, cálculo do autor

O comportamento da balança comercial deve ser visto com muita preocupação por parte das autoridades nacionais, com vista a tomar as devidas medidas conducentes a inversão gradual da situação.

## Sector monetário

A massa monetária em 2021 cresceu 0,8% em comparação com o ano 2020, atingindo 3.274.08 milhões de dobras, o que reflecte uma expansão da liquidez na economia na ordem de 7%, determinada pela contribuição positiva do crédito líquido ao governo (8,7%). Entretanto, o activo externo líquido (- 9,0%), o crédito à economia (-3,2%) e Outros Activos interno líquido (-0,8%) contribuíram para abrandar o crescimento da massa monetária (ver gráfico 10).

**Gráfico11:** Factores da expansão na liquidez (em %)



Fonte: Síntese Monetária de BCSTP, cálculo do DPM.

## Stock da Dívida Pública

A dívida do **Sector Público** (Stock total) em 2021 foi de USD 598.5 milhões, dos quais USD 410.2 milhões correspondem a dívida do Governo Central e USD 188.3 milhões correspondem ao montante dos **Passivos Contingentes**, o que demonstra um aumento de

29.8 milhões de dólares quando comparado com o registo do ano 2020 (568.7 milhões de dólares).

Importa salientar que a **Dívida do Governo Central** aumentou 7.2 milhões de dólares em relação ao valor da dívida registada em 2020 (403 milhões de dólares).

Por outro lado, a **Dívida Externa** aumentou cerca de 6,6% face ao montante registado em 2020, situando-se em 318.9 milhões de dólares. A mesma representa em termos percentuais, cerca de 77,7% do total da dívida do Governo Central, e 53.3% do total da dívida do Sector Público.

Quanto a **Dívida Interna**, a mesma representa em termos percentuais, cerca de 15.3% do total da dívida do Sector Público, e em percentagem do total da dívida do Governo Central, cerca de 22.3%.

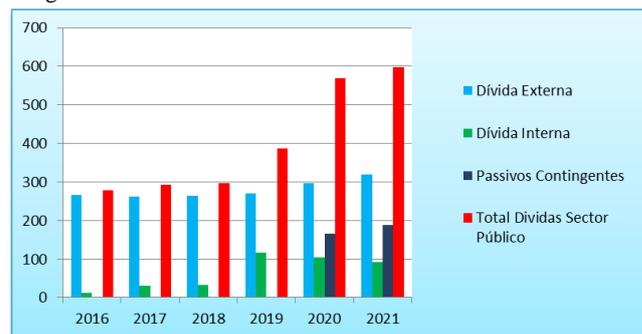
O rápido crescimento do stock da dívida do sector público é explicado pelo reconhecimento de passivos contingentes nos últimos anos, e que compõem cerca de 31.5% do total da dívida do Sector Público. Em termos de fontes de financiamentos, a dívida externa tem contribuído nos últimos anos, para o aumento do fluxo do stock da dívida do Sector Público, bem como o stock da dívida do Governo Central, conforme mostra a tabela1 abaixo.

Tabela1: Stock da Dívida Pública (em milhões de dólares)

Categorias	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Dívida do sector público (DSP)</b>	292	296	500,7	568,7	598,5
<b>Dívida do governo central (DGC)</b>	292	296	387,6	403	410,2
<b>Dívida externa</b>	261,4	264	269,9	297,9	318,9
Multilateral	44,5	49,5	54,5	76,9	102,7
Bilateral	216,9	214,5	215,4	221	216,2
<b>Dívida interna</b>	30,6	32	117,7	105,1	91,3
Dívida c/ Fornecedores	13,6	12,5	13,1	13,4	13,1
Novos Atrasados Internos	0	0	75,2	65,5	51,2
Bilhetes de Tesouro	17	19,5	29,4	26,2	26,9
<b>Passivos contingentes</b>	0	0	113,1	165,7	188,3
Dividas Empresas Estatais Garantidas	0	0	10,4	7,7	6,1
Dividas Empresas Estatais Não Garantidas	0	0	102,7	158	182,2

Fonte: Gabinete de Dívida

Gráfico 12: Evolução do Stock da Dívida do Sector Público por categoria até Junho de 2021



Fonte: Gabinete de Dívida

## Perspectivas para 2022 e 2023

### ➤ Economia Internacional

O FMI projecta um crescimento para a economia mundial de 4,4% em 2022 e um abrandamento no crescimento em 2023 (3,8%). As economias avançadas poderão vir a registar um crescimento de 3,9% em 2022 e 2,6% em 2023, e as economias emergentes e em desenvolvimento um crescimento de 4,8% em 2022 e 4,7% em 2023.

Como parte do grupo de economias avançadas os Estados Unidos de América poderá vir a registar um crescimento de 4,0% em 2022 e 2,6% em 2023, e a Zona Euro 3,9% em 2022 e 2,5 em 2023.

No grupo das economias emergentes e em desenvolvimento a China poderá vir a registar

um crescimento de 4,8% em 2022 e 5,2% em 2023 e a África Subsariana 3,7% em 2022 e 4,0% em 2023.

➤ **Economia nacional**

A nível da economia são-tomense, prevê-se um crescimento 2% em 2022 e 2,6% em 2023, sustentada pelo aumento da procura de exportação de cacau, chocolate e óleo de palma e pela retoma do turismo à medida que as condições económicas globais melhorarem. O crescimento também será ajudado por um aumento nos sectores dos serviços à medida que a procura interna se fortaleça. As melhorias nas receitas de exportação e nas receitas do turismo ajudarão a reduzir o défice da balança de transacções correntes e a reforçar as reservas internacionais em 2022 e 2023. Além disso, está também empenhado em continuar a investir em infra-estruturas básicas de apoio económico para melhorar o ambiente empresarial. No entanto, é provável que a economia enfrente ritmos contrários significativos, incluindo um choque potencialmente mais prolongado da pandemia COVID-19 e uma recuperação económica global lenta. Isto pode atrasar a recuperação do sector do turismo e amortecer a procura das exportações do país. As perspectivas de crescimento a médio prazo poderiam também ser comprometidas pela consolidação fiscal acelerada, à medida que o governo procura medidas para melhorar o ambiente macroeconómico.